



**SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)**

**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO - DIRAD**

**SUPERINTENDÊNCIA CENTRO DE SERVIÇOS – SUPCS**

**EDITAL DE CREDENCIAMENTO SUPCS/CSCAT/CSAQ2 Nº 01084/2021**

**PROCESSO Nº 01084/2021**

OBJETO: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS QUE PRESTAM SERVIÇOS DE INTERMEDIÇÃO DE TRANSPORTE PRIVADO DE PASSAGEIROS E/OU PEQUENOS/MÉDIOS VOLUMES POR MEIO DE PLATAFORMA DE TECNOLOGIA QUE PERMITE ACESSO À SOLICITAÇÃO DE TRANSPORTE TERRESTRE “SOB DEMANDA”.

<b>EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO</b>		
<b>CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01084/2021</b>	<b>PROCESSO Nº 01084/2021</b>	<b>SERPRO</b>

O **SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)**, Empresa Pública Federal, regido pela Lei nº 5.615, de 13/10/70, com sede na SGAN Quadra 601, Módulo V, CEP 70836–900, Brasília–DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.683.111/0001–07, torna público para ciência dos interessados que iniciará, a partir da publicação deste, o chamamento público para Credenciamento, com fundamento no art. 30, caput, da Lei nº 13.303/2016, na Lei nº 12.587/2012, Lei nº 13.640/2018, Decreto nº 9.792/2019, Decreto 3.722/2001, que dispõem sobre o SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES – SICAF e no Regulamento de Licitações e Contratos do SERPRO, disponível no endereço [www.serpro.gov.br](http://www.serpro.gov.br).

### **SEÇÃO I DO OBJETO**

1.1 O presente procedimento tem como objeto credenciar, em âmbito nacional, pessoas jurídicas para prestação de serviço remunerado de transporte privado de passageiros, sob demanda, por meio de aplicativos e plataformas de comunicação em rede, para realização de viagens individualizadas ou compartilhadas, exclusivamente de empregados, terceirizados e estagiários a serviço do **SERPRO**, bem como, transporte e entrega de pequenos/médios volumes, de acordo com as especificações e detalhamentos consignados neste Edital e seus Anexos.

### **SEÇÃO II DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

2.1 Poderão participar deste credenciamento os interessados relacionados ao ramo de atividade do objeto que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante neste Edital e seus Anexos.

2.2 As PROPONENTES arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

2.3 Não será admitida neste Chamamento Público a participação de empresas:

2.3.1 concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

2.3.1.1 As empresas em recuperação judicial e extrajudicial não são impedidas de participar do credenciamento, desde que comprovem na fase de habilitação, a sua aptidão econômica e financeira para participar no certame por meio de apresentação de certidão emitida pela instância judicial competente;

2.3.2 que esteja com o direito de licitar e contratar com o **SERPRO** suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

2.3.3 proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

2.3.4 estrangeiras que não funcionem no País, em razão da natureza do objeto;

2.3.5 cujo objeto social ou estatuto seja incompatível com o objeto do credenciamento;

2.3.6 contratadas pelo **SERPRO** para realizar serviços de fiscalização ou supervisão relativos ao objeto deste Edital, assegurando a segregação das funções;

2.3.7 integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

2.3.8 reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

2.3.9 que se enquadrem em alguma das vedações previstas no art. 38 da Lei 13.303/2016.

2.4 As sanções mencionadas nos itens 2.3.2 e 2.3.3, bem como suas respectivas vigências, serão verificadas e distinguidas, de acordo com sua base legal, por meio, em especial, de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas (CEIS) disponível no Portal da Transparência, ao Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade (CNCIAI), disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça <http://www.cnj.jus.br/>, bem como ao CADIN Cadastro Informativo de Créditos não Quitados, disponível no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

2.4.1 As informações poderão ainda ser consultadas no endereço <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> que contém a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União, a qual abrange o cadastro do CNJ, do CEIS, do próprio TCU e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP do Portal da Transparência.

### **SEÇÃO III**

#### **LOCAL E DATA PARA ENTREGA DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO**

3.1 Os documentos das PROPONENTES interessadas em se credenciar devem ser enviados para o e-mail: **licitacoes2@serpro.gov.br**, nos termos da Seção VI.

3.2 Conforme previsto no Art. 59 do Regulamento de Licitações e Contratos do SERPRO, os documentos deverão ser enviados EXCLUSIVAMENTE por via eletrônica.

3.3 Os documentos serão recepcionados pela Comissão de Licitação da Superintendência Centro de Serviços – SUPCS, doravante denominada apenas Comissão.

3.4 O credenciamento ficará aberto durante o período de 60 meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União – DOU, sendo possível a qualquer empresa habilitar-se, desde que cumpridas todas as condições previstas neste Edital.

### **SEÇÃO IV**

#### **DO CREDENCIAMENTO**

4.1 A presente contratação dar-se-á pela prestação de serviços de forma global (lote) e será realizada por meio de Credenciamento, que tem como fundamento legal o art. 30, caput, da Lei nº13.303/2016 e a Lei nº13.640/2018.

4.1.1 Será considerada CREDENCIADA, a(s) proponente(s) que estiver(em) habilitada(s) nos termos da Seção VI e aceitar(em) as condições estabelecidas na especificação do objeto.

4.1.2 A distribuição dos serviços dar-se-á mediante consulta de preços realizada nos aplicativos, a cada demanda, com a solicitação sendo efetivada via sistema, de modo a preservar os princípios da necessidade da demanda, igualdade, transparência de atuação e contratação do menor preço.

### **SEÇÃO V**

#### **DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DO PREÇO**

5.1. Os prestadores dos serviços, objeto deste Credenciamento, são responsáveis pelo aplicativo que conecta motoristas, contratantes independentes, que, sob licença, usam a tecnologia de propriedade da Credenciada para prestarem serviços de transporte para usuários do aplicativo.

5.1.1. O SERPRO pretende contratar a funcionalidade do aplicativo para utilização de todos os seus empregados, terceirizados e estagiários a serviço.

5.2.1. Os preços a serem pagos pelo SERPRO serão aqueles de mercado, de acordo com o valor informado pelo aplicativo no momento do acionamento do pedido.

5.2.2. Será admitido o pagamento de percentual pela utilização da plataforma de até 1% (um por cento) do valor das viagens.

## **SEÇÃO VI**

### **DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

6.1 Para fins de credenciamento, as PROPONENTES deverão encaminhar os documentos abaixo relacionados, quando aplicáveis, para o endereço eletrônico citado na Seção III:

I) Carta de Apresentação dos Documentos, conforme modelo constante no Anexo III, o qual contém:

- a) Descrição do percentual pela utilização da plataforma, nos termos do subitem 5.2.2 deste instrumento;
- b) Descrição da plataforma de tecnologia;
- c) Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo de Contratação.

II) Termo de Adesão de uso da Plataforma/Condições de uso dos serviços. Esse documento será enviado para avaliação da Consultoria Jurídica do SERPRO;

III) Documentos relativos à Habilitação Jurídica, Fiscal e Trabalhista e Econômico – Financeira:

III.1) Para PROPONENTES inscritas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), a habilitação jurídica, fiscal e trabalhista e econômico–financeira dar-se-á por meio de consulta “on line” ao sistema, a ser realizada pela Comissão.

III.1.1) Documentos desatualizadas no SICAF deverão ser encaminhados conforme subitem III.2.

III.2) Para PROPONENTES não inscritas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), a verificação será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:

**a) Documentos relativos à Habilitação Jurídica:**

- a.1) registro comercial, no caso de empresário;
- a.2) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- a.3) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

a.4) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

a.5) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ; e

a.6) documentos de identificação de sócios e cônjuges.

**b) Documentos relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

b.1) certificado de regularidade junto ao gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), dentro do período de validade (Lei 8.036/90, Art. 27, alínea “a”) disponível no sítio da Caixa Econômica Federal; e

b.2) Certidão Negativa de Débitos (CND) ou Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa (CPD–EN), que comprova a regularidade em relação às contribuições devidas por lei, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por força da vigência da Lei 11.457/07, expedida pela Receita Federal do Brasil (RFB), dentro do período de validade (“a”, inc. I, art. 47, Lei 8.212/91 c/c o § 3º, art. 195, Constituição Federal), disponível no sítio da Receita Federal.

**c) Documentos relativos à Qualificação Econômico – Financeira:**

c.1) certidão negativa de feitos sobre falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da PROPONENTE;

c.1.1) a certidão referida na alínea anterior que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente será aceita com o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.

c.2) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), registrados no Serviço Público de Escrituração Digital – SPED, na Junta Comercial ou órgão equivalente;

c.2.1) Caso a PROPONENTE apresente resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices do balanço, deverá comprovar que possui capital social registrado ou patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% do valor da proposta classificada/aceita pelo pregoeiro, referente ao período de um ano, para serem habilitadas. Tal comprovação será efetuada por meio de consulta ao SICAF ou por meio de balanço da empresa.

IV) Certidão emitida pela instância judicial competente, quando a empresa estiver em recuperação judicial e extrajudicial, comprovando sua aptidão econômica e financeira para assumir compromissos;

**V) Documentação complementar para habilitação de cooperativa:**

a) a relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI do art. 4º, inciso I do art. 21 e §§ 2º a 6º do art. 42 da Lei nº 5.764, de 1971;

b) a declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI) de cada um dos cooperados relacionados;

c) a comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

- d) o registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- e) a comprovação de integração das respectivas quotas–partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- f) comprovação do envio do Balanço Geral e o Relatório do exercício social ao órgão de controle, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971;
- g) ata de fundação;
- h) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- i) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;
- j) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- k) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- l) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

6.1.1 As cooperativas deverão apresentar além dos documentos previstos neste inciso, os documentos de habilitação estabelecidos no item 6.1, incisos I a IV. Quando não for cabível, deverá justificar e fundamentar.

## **6.2 Condições gerais a respeito de habilitação:**

6.2.1 Além dos documentos encaminhados pela **PROPONENTE**, a Comissão promoverá a consulta das seguintes certidões;

a) CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas, disponível no Portal da Transparência, com a finalidade de identificar se a **PROPONENTE** está com o direito de licitar e contratar com o SERPRO suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

b) CNJ – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade (CNCIAI), disponível no Portal do CNJ, para verificar se há aplicação de penalidade por ato de improbidade administrativa.

b.1) registros de condenação por ato de improbidade administrativa são considerados impedimentos de contratação;

b.2) Os dispositivos de inelegibilidade constantes na Lei Complementar 64/90, Art. 1º, inc. I, alíneas “e”, “g” e “l”, são considerados impedimentos de contratação.

c) CADIN – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados, disponível no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, para verificar a inexistência de débitos relativos à seguridade social.

6.2.2 Caso conste no SICAF a existência de ocorrências impeditivas indiretas, a Comissão deverá diligenciar previamente à sua inabilitação (Art. 29 da IN MPDG nº 03/2018).

6.2.3 Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da **PROPONENTE**, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

6.2.4 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

6.2.5 Não será habilitada a **PROPONENTE** que deixar de apresentar, de acordo com o exigido, qualquer documento solicitado ou apresentá-lo em desacordo com o estabelecido neste Edital.

6.2.6 O teor e a integridade dos documentos digitalizados serão de responsabilidade da PROPONENTE, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais fraudes.

6.2.7 Poderão ser requisitados, a exclusivo critério do SERPRO, documentos complementares, informações adicionais a respeito da proposta e/ou da habilitação, bem como correção da proposta, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital, atestando condição pré-existente à abertura deste credenciamento, sendo informado pela Comissão o prazo para atendimento.

## **SEÇÃO VII**

### **DA AVALIAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO**

7.1 Os documentos serão avaliados pela Comissão de Licitação da Superintendência Centro de Serviços – SUPCS, que verificará a conformidade deles com as exigências deste Edital, sendo inabilitadas, motivadamente, aquelas PROPONENTES que não se adéquem aos requisitos estabelecidos neste Edital e em seus anexos.

7.2 A análise dos pedidos de credenciamento será realizada em até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data em que a Comissão acusar o recebimento do pedido.

7.3. As PROPONENTES que atenderem a todas as exigências do presente Edital serão declaradas CREDENCIADAS.

7.4 Será assinado o Termo de Adesão de todas as PROPONENTES habilitadas.

7.4.1 O serviço será demandando para a CREDENCIADA que ofertar o menor valor no momento do chamado.

7.5 Caso a PROPONENTE tenha seu pedido de credenciamento rejeitado, poderá apresentar novo pedido a qualquer tempo, desde que sanado o motivo da inabilitação.

## **SEÇÃO VIII**

### **DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO**

8.1 Os pedidos de esclarecimento e impugnação ao Edital e seus anexos deverão ser dirigidos ao e-mail **licitacoes2@serpro.gov.br**. Caso o pedido de esclarecimento seja encaminhado fora do horário comercial (horário do SERPRO é das 08h00 às 18h00), será considerado o seu recebimento no próximo dia útil.

8.1.1 A Comissão responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

8.1.2 Não será considerada e/ou recebida impugnação sem as devidas qualificações da PROPONENTE, como Razão Social ou nome, número do CNPJ/MF ou CPF/MF, endereço eletrônico, logradouro, nome completo do representante legal (quando for o caso), telefone, data e assinatura, não sendo o SERPRO obrigado a respondê-la.

8.1.3 A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá a Comissão, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a petição no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

8.1.4 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Comissão, nos autos do processo.

8.1.5 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, mediante justificativa, será designada nova data para a realização do Chamamento Público.

## **SEÇÃO IX**

### **DOS RECURSOS**

9.1 Finalizada a análise dos documentos de habilitação, a Comissão divulgará o resultado no site do SERPRO, especificando a data de início para apresentação de recurso.

9.1.1 O resultado da fase de habilitação será encaminhado para o e-mail, indicado no Anexo III, do Representante Legal da PROPONENTE avaliada.

9.2 Fica assegurada as PROPONENTES vista aos autos do processo, com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos administrativos e de contrarrazões.

9.3 A PROPONENTE que desejar recorrer em face dos atos do julgamento da habilitação deverá manifestar em até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de preclusão.

9.4 As demais PROPONENTES poderão apresentar contrarrazões em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do término do prazo do recorrente.

9.5 Os recursos e as contrarrazões deverão ser encaminhados para o e-mail do SERPRO, descrito na SEÇÃO III deste Termo.

9.5.1 A Comissão disponibilizará os recursos e as contrarrazões às partes envolvidas.

9.6 A Comissão decidirá em até de 5 (cinco) dias úteis e quando mantiver sua decisão, submeterá à autoridade competente, que dispõe do mesmo prazo para a decisão final.

9.7 O acolhimento do recurso administrativo implica tão somente na invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.

9.8 Os prazos referentes a interposição de recursos e contrarrazões encerram-se sempre em dia útil.

## **SEÇÃO X**

### **DA AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE**

10.1 O SERPRO fará avaliação de integridade de seus fornecedores e dos riscos reputacionais que representam ao SERPRO, previamente a assinatura do contrato de adesão, por meio do Formulário de Diligência de Integridade de Fornecedor (DIF), estabelecido na Norma de Avaliação de Integridade de Fornecedores, disponível no link <https://www.transparencia.serpro.gov.br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/documentos/norma-tr-010-v01.pdf>

10.2 Ao participar deste chamamento, a PROPONENTE desde já concorda que deverá encaminhar o formulário supracitado quando requerido, bem como informações requisitadas pelo SERPRO, ficando ciente que a sua recusa impedirá a assinatura do contrato de adesão, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Lei 13.303/16.

10.3 O Formulário será encaminhado ao Representante Legal ou pessoa formalmente designada da PROPONENTE, devendo ser preenchido e devolvido no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, caso outro prazo não esteja definido pelo SERPRO.

10.4 Com base nas informações prestadas no Formulário, será realizada análise de perfil, histórico, reputação e práticas de prevenção e combate à fraude e corrupção, dentro outros, adotada pela PROPONENTE.

10.5 O SERPRO poderá solicitar, a qualquer momento, esclarecimentos adicionais ou documentos para subsidiar sua análise, cabendo à PROPONENTE atender no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, caso outro prazo não esteja definido pelo SERPRO.



10.6 O resultado da análise determinará o Grau de Risco de Integridade (GRI), que pode variar entre Alto, Médio e Baixo. A PROPONENTE será informada quando a classificação atingir médio ou alto, ciente de que poderá estar sujeita a atender um controle de mitigação de riscos junto ao gestor do contrato.

10.7 Os documentos relativos a esse processo serão considerados sigilosos, sendo a sua divulgação prevista somente em casos de solicitação de autoridades competentes.

## **SEÇÃO XI DO CONTRATO DE ADESÃO**

11.1 A contratação decorrente do presente certame dar-se-á mediante assinatura do Termo de Adesão de Uso da Plataforma, encaminhado pela PROPONENTE habilitada.

11.1.1 Integrará o Termo de Adesão de Uso da Plataforma, obrigando as partes ao inteiro teor de suas disposições, o rol de obrigações dos seguintes documentos:

- a) Anexo I – Características da Contratação;
- b) Anexo II – Instrumento de Medição de Resultados – IMR;
- c) Anexo III – Carta de Apresentação dos Documentos e Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo de Credenciamento.

11.2 Antes da celebração do contrato, o SERPRO realizará consulta “online” ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas – CEIS, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI e ao Cadastro Nacional de Débitos Trabalhistas – CNDT, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

11.3 As condições de habilitação que determinaram o credenciamento deverão ser mantidas durante a vigência do contrato de adesão.

## **SEÇÃO XII DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1 Ficará impedida de licitar e contratar com o SERPRO, pelo prazo de até 2 (dois) anos, com registro obrigatório das penalidades no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas (CEIS), sem prejuízo das multas previstas nessa seção e das demais cominações legais, a empresa que incorrer em algum dos eventos previstos neste edital.

12.2 Estará sujeita às penalidades previstas no art. 83 da Lei 13.303/16, mediante processo de sancionamento, a PROPONENTE que:

ITEM	EVENTOS SANCIONÁVEIS DO CHAMAMENTO	SANÇÃO
1	Ensejar retardamento na realização do chamamento, porém, sem frustrá-lo.	Advertência e, em caso de reincidência, suspensão pelo prazo de 3 (três) meses
2	Não manter proposta sob alegação de eventos atribuídos a terceiros, sem frustrar o chamamento.	
3	Adotar comportamentos inidôneos distintos dos especificados, sem frustrar o chamamento.	
4	Apresentar documento ou declaração falsa que provoque atrasos na conclusão do chamamento ou sua frustração.	Suspensão temporária de participação em licitação e
5	Deixar de apresentar original de documento digitalizado entregue por ocasião o chamamento, quando solicitado pelo SERPRO.	

6	Não submissão à realização de testes, ensaios, exames de provas e outros procedimentos constantes do edital e necessários ao chamamento.	impedimento de contratar pelo prazo de 1 (um) ano
7	Adotar comportamentos inidôneos distintos dos especificados, ocasionando a frustração do credenciamento.	Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar pelo prazo de 1 (um) ano e 6 (seis) meses
8	Não manter proposta sob alegação de eventos atribuídos a terceiros, ocasionando a frustração do credenciamento.	
9	Não apresentar outros documentos exigidos em edital, ocasionando a frustração do credenciamento.	
10	Apresentar proposta em desacordo com edital, ocasionando a frustração da licitação.	
11	Não celebrar contrato, em convocação dentro do prazo de validade do credenciamento.	
12	Denegrir ou caluniar a Comissão, bem como pessoas que as integram ou processos do SERPRO, com denúncias ou acusações, sem apresentar provas legais em processo administrativo instaurado.	Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar pelo prazo de 2 (dois) anos
13	Frustrar o credenciamento, com o cometimento de fraude fiscal.	
14	Frustrar o credenciamento em conluio com outras PROPONENTES.	
15	Obter vantagens financeiras, em decorrência de conluio com outras PROPONENTES.	

12.3 Caberá à Comissão verificar as PROPONENTES que cometeram as infrações e relatar os fatos para a autoridade superior, que deverá abrir processo administrativo fundamentado nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

12.4 As sanções administrativas da CREDENCIADA encontram-se descritas no Anexo I deste edital.

12.5 Aplicam-se às contratações do SERPRO as disposições do Capítulo II-B, do Título XI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

### **SEÇÃO XIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 Os atos deste processo serão públicos e acessíveis aos interessados.

13.2 É facultado a Comissão, em qualquer fase do chamamento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

13.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

13.4 A autoridade competente poderá revogar esta seleção por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

13.5 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes do Regulamento de Licitações e Contratos do SERPRO, do Decreto 8.945/16 e da Lei 13.303/16, com suas alterações.

13.6 Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original.

13.7 Os documentos emitidos pelas PROPONENTES deverão conter sua logomarca, sendo proibida a inclusão/uso da marca SERPRO.

13.8 Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão exclusivamente por meio eletrônico, via e-mail de comunicação, no horário comercial do SERPRO.

#### **SEÇÃO XIV DOS ANEXOS**

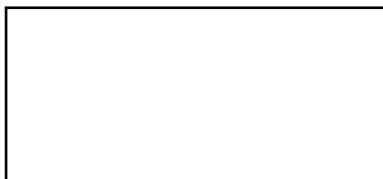
14.1 Constituem anexos ao presente Edital, dele sendo parte integrante:

Anexo I – Características da Contratação (Anexo 01 do Termo de Adesão)

Anexo II – Instrumento de Medição de Resultados – IMR (Anexo 02 do Termo de Adesão)

Anexo III – Carta de Apresentação dos Documentos e Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo de Credenciamento. (Anexo 03 do Termo de Adesão)

Local,



*Assinado digitalmente  
Coordenador(a) da Comissão de Licitação*

ANEXO I – CARACTERÍSTICAS DA CONTRATAÇÃO		
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01084/2021	PROCESSO Nº 01084/2021	SERPRO

#### ANEXO 01 DO TERMO DE ADEÇÃO – CARACTERÍSTICAS DA CONTRATAÇÃO

##### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 Credenciamento, em âmbito nacional, de pessoas jurídicas para prestação de serviço remunerado de transporte privado de passageiros, sob demanda, para realização de viagens individualizadas ou compartilhadas exclusivamente de empregados, terceirizados e estagiários a serviço do SERPRO, bem como, transporte e entrega de pequenos/médios volumes, por meio de aplicativos e plataformas de comunicação em rede, de acordo com as especificações e detalhamentos consignados neste Edital e seus Anexos.

##### CLÁUSULA SEGUNDA – ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

2.1 Agenciamento de transporte terrestre de pessoas e/ou pequenos/médios volumes, via aplicativo smartphone e ambiente web.

2.2 Os serviços serão prestados em âmbito nacional, preferencialmente nas cidades descritas abaixo:

Vitória/ES	Boa Vista/RR	Foz do Iguaçu/PR
Serra/ES	Palmas/TO	Florianópolis/SC
Vila Velha/ES	Campo Grande/MS	Joinville/SC
São Mateus/ES	Goiânia/GO	Itajaí/SC
Linhares/ES	Cuiabá/MT	Blumenau/SC
Colatina/ES	Campinas/SP	Chapecó/SC
Cachoeiro do Itapemirim/ES	Presidente Prudente/SP	Criciúma/SC
Rio de Janeiro/RJ	Ribeirão Preto/SP	Lages/SC
Recife/PE	Santos/SP	Porto Alegre
Fortaleza/CE	São José dos Campos/SP	Uruguaiana/RS
Belém/PA	São Paulo/SP	Pelotas/RS
Marabá/PA	Taubaté/SP	Rio Grande/RS
Macapá/AP	Curitiba/PR	Brasília/DF
Santarém/PA	Londrina/PR	Belo Horizonte/MG
Manaus/AM	Maringá/PR	Salvador/BA
Rio Branco/AC	Cascavel/PR	Aracaju/SE
Porto Velho/RO	Ponta Grossa/PR	

2.2.1 As cidades descritas na tabela são consideradas como principais e provavelmente serão atendidas pelo serviço da CREDENCIADA.

2.3 O serviço deve ser executado de forma ininterrupta, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados.

2.4 O sistema da CREDENCIADA deverá dispor, no mínimo, das seguintes funcionalidades:

2.4.1 Cadastro dos usuários/passageiros, para uso dos serviços por meio de login e senha pessoal, vinculados aos respectivos centros de custos.

2.4.2 Acesso para gerenciamento, pelo SERPRO, dos usuários cadastrados, podendo incluir e excluir usuários do sistema.

2.4.3 Estabelecimento de perfis individuais dos usuários com definição dos limites de utilização de cada um.

2.4.4 Registro de avaliação dos serviços pelos usuários que funcione como filtro para a exclusão do condutor reprovado dos futuros atendimentos.

2.4.5 Possibilidade de solicitação de corrida por meio de aplicativo instalado em smartphone – no mínimo, para os sistemas operacionais Android e iOS – e por meio de sistema customizável web, por meio de ultrabook, notebook ou tablet.

2.4.6 Aplicativo para o solicitante monitorar a corrida desde o instante da solicitação (mapa de acompanhamento do chamado), pelo qual seja possível identificar a estimativa do tempo de espera e a própria chegada do veículo, por meio do envio de uma notificação ao celular do usuário/passageiro.

2.4.7 Informação, no aplicativo no qual foi solicitada a chamada, do nome e telefone do motorista, identificação e especificação do veículo.

2.4.8 O processamento do valor da corrida deverá ocorrer somente após a validação do usuário por meio do uso de login e senha pessoal, previamente cadastrados pelo usuário.

2.4.9 Disponibilização online dos dados das corridas para consulta do SERPRO, por meio de sistema web que armazenará os relatórios e o painel de gestão para conferência pelo fiscal responsável pelo acompanhamento da prestação do serviço.

2.5 O sistema web deverá disponibilizar relatório com, no mínimo, os seguintes dados sobre a corrida:

2.5.1 Identificação do veículo.

2.5.2 Identificação da placa do carro.

2.5.3 Identificação do condutor.

2.5.4 Origem.

2.5.5 Destino.

2.5.6 Quilometragem total percorrida.

2.5.7 Percurso realizado.

2.5.8 Data da corrida.

2.5.9 Horário da solicitação/chamada.

2.5.10 Identificação do usuário que solicitou a chamada.

2.5.11 Centro de Custo da Unidade Contratante.

2.5.12 Motivo da corrida.

2.5.13 Valor da corrida com detalhamento do preço cobrado (indicação de taxas adicionais, tarifa por tempo e/ou distância e outros componentes do preço, se houver).

2.5.14 Tempo de espera entre a solicitação da corrida e a chegada do veículo ao local solicitado.

2.6 Os relatórios de gerenciamento deverão permitir a visualização dos dados das corridas por meio de, no mínimo, os seguintes acessos:

2.6.1 Corridas e gastos por usuário/passageiro.

2.6.2 Corridas e gastos por centro de custos.

2.6.3 Corridas e gastos por período de tempo e quilometragem.

2.6.4 Os relatórios de gerenciamento deverão permitir a visualização do histórico de todas as corridas realizadas, em até 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento de cada corrida.

2.6.5 O sistema com relatórios de gerenciamento deverá permitir, para cada perfil de usuário, o acesso às funcionalidades a seguir:

2.6.5.1 Pelo próprio usuário: acesso ao relatório e histórico de suas próprias corridas.

2.6.5.2 Gestor de área: acesso às informações de todos os usuários/autorizados de sua própria unidade/centro de custo, desde o início da vigência do contrato.

2.6.5.3 Pelo fiscal responsável pelo acompanhamento da execução do serviço: acesso completo a todos os centros de custos e relatórios de utilização do serviço de todos os usuários autorizados da Serpro cadastrados no sistema, desde o início da vigência do contrato.

2.7 Os veículos cadastrados ao sistema de agenciamento da CREDENCIADA obedecerão fielmente à legislação pertinente, em especial o Código de Trânsito Brasileiro – CTB e as normas do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, no que couber, devendo se atentar inclusive, à legislação do Município de atuação do veículo.

2.8 A solicitação de corrida será realizada pelo USUÁRIO, por meio de funcionalidade da aplicação web ou aplicativo mobile, devendo ser observadas as seguintes condições:

a) disponibilidade ininterrupta durante o expediente. Em outros horários, bem como aos sábados, domingos e feriados, quando autorizado pela autoridade da área requisitante;

b) possibilidade de agendar data e horário para atendimento;

c) disponibilização do credenciado no endereço de origem da corrida sendo, no caso de corrida agendada, no horário determinado na solicitação;

d) possibilidade de cancelamento da solicitação da corrida pelo USUÁRIO, a qualquer momento, ressalvada a possibilidade de cobrança de taxa da Credenciada, se o cancelamento ocorrer após o decurso de tempo previamente definido.

e) a viagem inicia no momento do embarque do USUÁRIO no veículo, encerrando-se a apuração do valor da corrida quando da chegada no endereço de destino, devendo os horários de início e de encerramento da corrida serem registrados na solução tecnológica da CREDENCIADA;

f) não será admitida a cobrança de taxa—extra pelo transporte de bagagem, de taxa de retorno de corridas, de agendamento prévio ou utilização de cobrança extra pelo transporte de mais de 3 (três) passageiros;

g) o valor de eventual pagamento de pedágio deverá ser realizado pelo credenciado e acrescido no valor da corrida;

h) previamente à confirmação da finalização da corrida, o USUÁRIO deve avaliar o serviço e o motorista que executou a corrida;

i) após a confirmação da finalização da corrida, deve ser encaminhada mensagem para o USUÁRIO com o histórico da corrida e o recibo, contendo as seguintes informações:

- i.1) data e hora da solicitação;
- i.2) endereços de origem e destino;
- i.3) data e horário da chegada do credenciado no endereço de origem;
- i.4) data e hora do início e finalização da corrida;
- i.5) valor da corrida;
- i.6) placa do veículo;
- i.7) nome do motorista;
- i.8) notas de avaliação do serviço do motorista.

2.9 Para fins de faturamento e pagamento, a cobrança pela execução do serviço deve estar de acordo com os valores estabelecidos, consideradas eventuais atualizações determinadas pelas autoridades competentes, e nos demais dispositivos legais e normas dos municípios do entorno, que regulam o assunto, observadas as eventuais glosas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultados (IMR), eventuais multas e a taxa de desconto ofertada pela CREDENCIADA em Termo de Adesão à Plataforma.

2.10 A CREDENCIADA deverá zelar pelo cumprimento dos seguintes deveres pelos motoristas, exercendo a fiscalização necessária à garantia do cumprimento:

- a. atender ao cliente com presteza, cortesia e polidez;
- b. manter asseio pessoal e trajar—se adequadamente para função;
- c. manter o veículo em boas condições de funcionamento e higiene;
- d. zelar pela segurança dos ocupantes do veículo;
- e. reduzir a velocidade em dias chuvosos;
- f. manter em dia documentações do veículo e do motorista exigidas pelas autoridades competentes;
- g. obedecer à Lei nº 9.503/1977 – Código de Trânsito Brasileiro, bem como a legislação da localidade da execução do serviço.
- h. entregar a documentação ou mercadoria de pequeno/médio porte em perfeito estado;

## **2.11 Da sistemática para execução dos serviços.**

2.11.1 Os serviços foram divididos em itens 1, 2 e 3, porém deverão ser disponibilizados em conjunto (Lote), conforme a seguir:

**Lote 1** – Serviços de transporte de passageiros e entrega de mercadorias

Item 1 – Viagem particular a um preço acessível – carros compactos, com ar—condicionado e quatro portas.

Item 2 – Viagens premium em carros de luxo – carros sedã de grande porte, todos com bancos de couros.

Item 3 – Realizar entregas de itens de pequeno/médio porte, acompanhados de nota fiscal ou declaração de conteúdo.

2.11.2 Os veículos serão utilizados no transporte de pessoas autorizadas pelo Serpro e/ou no transporte e entrega de pequenos/médios volumes. A CREDENCIADA obriga-se a exigir e fiscalizar a conduta de dirigir de seu credenciado, de forma a manter a segurança dos passageiros/usuários/, quanto aos níveis de velocidade nas vias e ruas, acatando as reclamações levadas ao seu conhecimento.

2.11.3 As entregas (item 3) poderão ser realizadas por carro ou moto. Sendo o conteúdo do volume devidamente registrado, em campo apropriado, quando da solicitação. E o peso máximo admitido para as entregas de pequenos/médios volumes são:

a. Motos: pesar no máximo 5kg;

b. Carros: pesar no máximo 10kg e caber dentro do porta-malas de um carro intermediário.

2.11.4 O SERPRO não se responsabilizará por prejuízos de qualquer natureza, proveniente de ação dos respectivos veículos e de seus condutores e não terá responsabilidade sobre o pagamento de quaisquer multas oriundas de infrações de trânsito, qualquer dano causado ao veículo a serviço, bem como prejuízos causados a terceiros ocorridos durante a prestação dos serviços.

2.11.5 Os veículos deverão estar sempre limpos, abastecidos e em perfeito estado de conservação, funcionamento e higiene.

2.11.6 Os atendimentos realizados poderão ser contestados pelos USUÁRIOS solicitantes, por quaisquer meios e deverá ser gerado relatório da contestação;

2.11.6.1 Os atendimentos poderão, ainda, ser contestados pelo gestor do contrato e/ou profissional habilitado após revisão, caso seja identificado qualquer erro.

2.11.7 O SERPRO deve manter permanente avaliação/coordenação dos trabalhos executados, inclusive por meio de fiscalização periódica e sistemática.

## **2.12 Monitoramento e Acompanhamento**

2.12.1 O monitoramento e o acompanhamento da execução dos serviços serão realizados pelo Fiscal dos Serviços, considerando a abrangência de sua atuação, por meio de funcionalidades da aplicação web, observando:

a. consultas e geração de relatórios relacionados a todos os cadastros e serviços executados, em tempo real, com possibilidade de parametrização para seleção e geração por: Dependência, Área e Centro de Custo; perfil de acesso; USUÁRIO; valores; datas ou períodos; motivo de solicitação de serviço, motivo de bloqueio e exclusão de serviço; informações das corridas executadas, inclusive imagens geoprocessadas;

b. possibilidade de exportação dos dados das consultas para arquivos no formato XLS e XML;

c. geração de relatórios no formato PDF.

2.12.2 Independentemente do monitoramento e do acompanhamento realizados pela SERPRO, a CREDENCIADA é responsável por toda execução, de forma que seja garantido o cumprimento de todas as condições estabelecidas neste Anexo e no Termo de Adesão da Plataforma.

## **2.13 Da distribuição dos serviços**

2.13.1 Após o Credenciamento e assinatura do Termo de Adesão da Plataforma, a empresa estará apta para prestação dos serviços previstos no objeto da contratação, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidos.



2.13.2 A distribuição dos serviços será realizada de acordo com a pesquisa de preços realizada a cada demanda, sendo destinado o serviço para a credenciada que ofertar o menor valor no momento do chamado.

2.13.3 A formalização para prestação do serviço será efetivada por meio do aplicativo ou sistema web.

2.13.4 A recusa formal da prestação do serviço, por parte da CREDENCIADA, justificada ou não, implica em utilização de serviços de outras empresas Credenciadas, seguindo a ordem de classificação de menor preço no momento do chamado.

## **2.14 Das condições gerais da contratação**

2.14.1 O serviço só será executado mediante necessidade e prévia autorização da demanda pelo SERPRO. Sua previsão não gera qualquer obrigação para o SERPRO em tomá-los durante a vigência do contrato, cabendo pagamentos somente quando efetivamente solicitados/prestados.

2.14.2 O início dos serviços se dará após o primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do contrato.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CREDENCIADA:**

### **3.1 Quanto às obrigações da CREDENCIADA**

3.1.1 Executar os serviços conforme especificações deste Anexo e Termo de Adesão de uso da Plataforma/Condições de uso dos serviços, com a alocação dos credenciados e demais recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

3.1.2 Alocar credenciados/colaboradores/motoristas parceiros habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

3.1.3 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CREDENCIANTE, caso exista.

3.1.4 Instruir seus credenciados/colaboradores/motoristas parceiros a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo relatar à CREDENCIANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

3.1.5 Relatar à CREDENCIANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução dos serviços.

3.1.6 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

3.1.7 Atender as solicitações de informações do SERPRO no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

3.1.8 Orientar os credenciados/colaboradores/motoristas parceiros a cumprir de forma adequada as obrigações legais e as exigências deste Anexo e do Termo de Adesão de uso da Plataforma/Condições de uso dos serviços.

3.1.9 Prestar esclarecimentos ao SERPRO sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam interesse da CREDENCIADA, independentemente de solicitação.

3.1.10 Cumprir todas as leis e imposições federais, estaduais ou distritais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos originários de infrações a que tiver dado causa.

3.1.11 Responsabilizar-se pela defesa, inclusive por custos, despesas e honorários advocatícios, bem como pelo cumprimento das decisões judiciais em reclamações trabalhistas eventualmente propostas por seus credenciados/colaboradores/motoristas parceiros envolvendo ao SERPRO, isentando-a de quaisquer responsabilidades e/ou ônus diretos ou indiretamente decorrentes.

3.1.12 Comunicar ao SERPRO a interrupção do funcionamento da solução tecnológica, aplicação web e aplicativo mobile, para manutenção preventiva e atualização, com pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência.

3.1.13 Possibilitar ao SERPRO acesso irrestrito ao módulo de relatórios da solução tecnológica por 5 (cinco) anos após o término do contrato, para consulta e geração de informações.

3.1.14 Além dos encargos decorrentes das cláusulas do contrato a ser celebrado, do Edital de credenciamento e de outras condições estabelecidas neste Termo, a Credenciada assumirá ainda as seguintes obrigações:

3.1.14.1 submeter-se à fiscalização do SERPRO na execução dos serviços contratados;

3.1.14.2 não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto deste Termo, sem a prévia autorização do SERPRO;

3.1.14.3 recolher todos os tributos sobre sua atividade empresarial, que incidem ou venham incidir na prestação dos serviços, apresentando, sempre que solicitado pela SERPRO, os respectivos comprovantes;

3.1.14.4 assumir responsabilidade legal, administrativa e técnica pela correta execução dos serviços e pela qualidade dos mesmos.

3.1.15 Manter cobertura securitária de Acidentes Pessoais de Passageiros – APP para proteção dos usuários no caso de ocorrência de sinistros, com as seguintes 50.000,00 (cinquenta mil reais) por usuário para morte acidental, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por usuário para invalidez permanente total/parcial e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por usuário para despesas médicas.

### **3.2 Quanto a execução dos serviços:**

3.2.1 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, cumprindo rigorosamente as especificações técnicas, as normas vigentes pertinentes ao objeto, as exigências estabelecidas neste instrumento, independentemente da atuação da Fiscalização.

3.2.2 Atender as notificações recebidas da fiscalização do SERPRO, observando/atendendo as normas, instruções e ordens internas emanadas pelo gestor/fiscal do SERPRO além da legislação pertinente, regularizando pronta e imediatamente qualquer anormalidade constatada durante a execução dos serviços.

3.2.3 Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da gestão do SERPRO, prestando tempestivamente todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

3.2.4 Levar ao conhecimento da fiscalização, qualquer tipo de acidente ou fato extraordinário ou anormal que eventualmente venha a ocorrer durante a execução dos serviços, para adoção das medidas cabíveis.

### **3.3 Qualificação, postura e conduta profissional**

3.3.1 Prestar os serviços com profissionais devidamente qualificados.

3.3.2 Responsabilizar-se pelo cumprimento das normas disciplinares e Código de Ética determinados pelo SERPRO.

### **3.4 Dos aspectos de segurança**

3.4.1 Fornecer, orientar e exigir de seus credenciados/colaboradores/motoristas parceiros a utilização de equipamentos de segurança, individual ou coletivo, sempre que os serviços o exigirem e de acordo com as normas regulamentadoras específicas, tais como luvas, capacetes, etc.

3.4.2 Responsabilizar-se por ações destinadas a prevenir acidentes do trabalho, reduzir agravos à saúde e à integridade física dos seus credenciados/colaboradores/motoristas parceiros em conformidade com Normas e Leis Trabalhistas.

3.4.3 Tomar as medidas e as providências estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho.

### **3.5 Dos direitos dos trabalhadores**

3.5.1 Responsabilizar-se por cumprir a legislação trabalhista definida em lei.

3.5.2 Respeitar os direitos individuais e coletivos de trabalho, promovendo principalmente a não discriminação, a igualdade entre os homens e mulheres a fim de assegurar justiça social.

### **3.6 Quanto à sustentabilidade ambiental:**

3.6.1 Em respeito a Instrução Normativa 01 da SLTI/MPOG (Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) a CREDENCIADA deverá adotar medidas para promover a sustentabilidade ambiental, como restringir a utilização de papel nas comunicações relativas a este Contrato, orientar e treinar seus funcionários nas boas práticas de sustentabilidade, promover campanhas de conscientização aos motoristas cadastrados em sua plataforma, observar as **normas destacadas no art. 32, §1º, da Lei nº 13.303/2016**, em especial, às normas de utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais e de acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, dentre outras ações pertinentes ao objeto;

### **3.7 Quanto a responsabilização:**

3.7.1 Responsabilizar-se, inclusive civil e criminalmente, por eventuais danos causados ao SERPRO, aos seus empregados ou a terceiros, independentemente de culpa ou dolo, inclusive respondendo pelos danos causados pelos credenciados/colaboradores/motoristas parceiros na execução dos serviços.

3.7.2 Proceder à indenização pecuniária por danos morais ou materiais causados aos empregados do SERPRO ou de terceiros; ou indenizações, reparações e reposições de instalações ou patrimônio do SERPRO ou de terceiros sob a responsabilidade do SERPRO, quando de danos e perdas ocasionados por credenciados/colaboradores/motoristas parceiros da CREDENCIADA ou em decorrência dos serviços prestados, quando da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do acordo.

3.7.3 Responsabilizar-se exclusivamente pela fiscalização das obrigações sociais, previdenciárias e trabalhistas relativas aos seus credenciados/colaboradores/motoristas parceiros, definidas em Lei.

3.7.3.1 Manter o SERPRO livre de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou omissão.

3.7.3.2 Ressarcir ao SERPRO qualquer despesa decorrente de responsabilização trabalhista ou previdenciária solidária e subsidiária, atinente aos credenciados/colaboradores/motoristas parceiros utilizados na prestação dos serviços.

3.7.4 Apurados os danos/prejuízos e os valores das indenizações/ressarcimentos, caracterizada a responsabilidade da CREDENCIADA, o valor poderá ser descontado no ato do pagamento de qualquer fatura ou, ainda, recolhido em depósito identificado, no prazo de 5 (cinco) dias da notificação pelo SERPRO.

3.7.4.1 São assegurados à CREDENCIADA o contraditório e ampla defesa, conforme legislação aplicável.

### **3.8 Quanto à confidencialidade:**

3.8.1 A CREDENCIADA e seus credenciados/colaboradores/motoristas parceiros obrigam-se a manter, mesmo após o término da vigência contratual, a mais absoluta confidencialidade sobre dados e informações disponibilizados ou conhecidos em decorrência da prestação dos serviços objetos desta contratação, bem como tratá-los como matéria sigilosa.

3.8.2 A CREDENCIADA e seus credenciados/colaboradores/motoristas parceiros ficarão terminantemente proibidos de fazer uso ou revelação, sob nenhuma justificativa, a respeito de qualquer informação, dados, processos, fórmulas, códigos, cadastros, fluxogramas, diagramas lógicos, dispositivos, modelos ou elementos de propriedade do SERPRO ou de seus Clientes, aos quais tiver acesso em decorrência da prestação dos serviços.

3.8.3 Por descumprimento das obrigações relacionadas com a confidencialidade das informações, mediante ações ou omissões intencionais ou acidentais, determinará a responsabilização na forma da lei de seus dirigentes e credenciados/colaboradores/motoristas parceiros envolvidos durante e após a vigência contratual.

3.8.4 A violação das condições estabelecidas neste item ensejará a rescisão do acordo, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, previstas em lei.

### **3.9 Da Proteção de Dados Pessoais**

3.9.1 O SERPRO e a CREDENCIADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;

c) em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação do SERPRO, responsabilizando-se a CREDENCIADA pela obtenção e gestão. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outras finalidades;

c.1) eventualmente, podem as partes convencionar que o SERPRO será responsável por obter o consentimento dos titulares;

d) os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.

e) os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (role based access control) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

e.1) no caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela CREDENCIADA, para atender ao acima, esta garante que:

e.1.1) a legislação do país para o qual os dados foram transferidos, asseguram o mesmo nível de proteção que a legislação brasileira em termos de privacidade e proteção de dados, sob pena de encerramento da relação contratual, em vista de restrição legal prevista no ordenamento jurídico brasileiro;

e.1.2) os dados transferidos serão tratados em ambiente da CREDENCIADA;

e.1.3) o tratamento dos dados pessoais, incluindo a própria transferência, foi e continuará a ser feito de acordo com as disposições pertinentes da legislação sobre proteção de dados aplicável e que não viola as disposições pertinentes do Brasil;

e.1.4) sempre que necessário, orientará o SERPRO durante o período de tratamento de dados pessoais, também em relação aos dados transferidos para país estrangeiro, para que ocorra em conformidade com a legislação sobre proteção de dados aplicável e com as cláusulas do contrato;

e.1.5) oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente ao contratante, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros;

e.1.6) as medidas de segurança são adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito e que estas medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação;

e.1.7) zelará pelo cumprimento das medidas de segurança;

e.1.8) tratará os dados pessoais apenas em nome do SERPRO e em conformidade com as suas instruções e as cláusulas do contrato; no caso de não poder cumprir estas obrigações por qualquer razão, concorda em informar imediatamente ao SERPRO, que neste caso poderá suspender a transferência de dados e/ou de rescindir o contrato;

e.1.9) a legislação que lhe é aplicável não o impede de respeitar as instruções recebidas do SERPRO e as obrigações do contrato e que, no caso de haver uma alteração nesta legislação que possa ter efeito adverso substancial nas garantias e obrigações conferidas pelas cláusulas do contrato, comunicará imediatamente essa alteração ao SERPRO, que neste caso poderá suspender a transferência de dados e/ou de rescindir o contrato;

e.1.10) notificará imediatamente o SERPRO sobre: qualquer solicitação juridicamente vinculativa de divulgação de dados pessoais por uma autoridade fiscalizadora responsável pela aplicação da lei, a menos que seja proibido de outra forma, como uma proibição da lei penal de preservar a confidencialidade de uma investigação policial; qualquer acesso acidental ou não autorizado.

e.1.11) responderá rápida e adequadamente todas as solicitações de informação do SERPRO, relacionadas ao tratamento dos dados pessoais objeto da transferência e que se submeterá aos conselhos da autoridade fiscalizadora no que diz respeito ao processamento dos dados transferidos;

e.1.12) a pedido do SERPRO, apresentará as informações necessárias sobre o tratamento relacionado com os dados pessoais objeto da transferência ou as informações solicitadas pela Autoridade fiscalizadora.

e.1.13) em caso de subcontratação, informará previamente o SERPRO que poderá anuir por escrito;

e.1.14) os serviços de processamento pelo subcontratado, serão executados de acordo com o disposto neste contrato;

e.1.15) enviará imediatamente ao SERPRO uma cópia de qualquer acordo de subcontratação que celebrar sobre o objeto deste contrato.

3.9.2 A CREDENCIADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do SERPRO.

3.9.3 O eventual acesso, pela CREDENCIADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a CREDENCIADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

3.9.4 As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regula mentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Órgãos de controle administrativo;

3.9.5 Uma parte deverá informar à outra, sempre que receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito de Dados Pessoais da outra Parte, abstendo-se de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas ou conforme exigido pela LGPD e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

3.9.6 O Encarregado da CREDENCIADA manterá contato formal com o Encarregado do SERPRO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ciência da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais de que venha a ter conhecimento ou suspeita, devendo a parte responsável, em até 10 (dez) dias corridos, tomar as medidas necessárias.

3.9.7 A critério do Encarregado de Dados do SERPRO, a CREDENCIADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

3.9.8 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CREDENCIADA interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo SERPRO, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD.

3.9.9 Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

### **3.10 Quanto à avaliação de integridade:**

3.10.1 A DIF – Diligência de Integridade do Fornecedor – tem validade de 12 meses contados a partir da sua emissão e a manutenção de sua atualização é de inteira responsabilidade da CREDENCIADA.

3.10.2 O SERPRO, a qualquer tempo, poderá solicitar novas informações à CREDENCIADA, que deverá responder no prazo de 02 (dois) dias úteis, caso outro prazo não esteja definido pelo SERPRO.

3.10.3 As partes comprometem-se a buscar solução para mitigar riscos à integridade que porventura sejam identificados.

3.9.4 Os dados pessoais obtidos em razão dos procedimentos da Avaliação de Integridade de Fornecedores serão tratados à luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

#### **CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DO SERPRO**

- 4.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CREDENCIADA, de acordo com disposições deste Anexo e do Termo de Adesão de Uso da Plataforma/Condições de uso dos serviços.
- 4.2 Notificar a CREDENCIADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- 4.3 Pagar à CREDENCIADA o valor resultante da execução dos serviços, no prazo e condições estabelecidas neste Anexo e no Termo de Adesão de Uso da Plataforma/Condição de uso dos serviços.
- 4.4 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal/fatura emitida pela CREDENCIADA, em conformidade com parágrafo 8o do artigo 36 da IN SLTI no 2/2008.
- 4.5 Fornecer e colocar à disposição da CREDENCIADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços.
- 4.6 Proporcionar as facilidades necessárias para que a CREDENCIADA possa prestar os serviços dentro das normas estabelecidas.
- 4.7 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CREDENCIADA em razão da execução dos serviços.
- 4.8 Controlar e fiscalizar a execução dos serviços prestados pela CREDENCIADA, nos aspectos técnicos, de segurança, de confiabilidade e quaisquer outros de seu interesse, por intermédio de pessoal próprio ou de terceiros designados para este fim.
- 4.9 Avaliar a qualidade dos serviços prestados pela CREDENCIADA podendo rejeitá-lo no todo ou em parte, caso estejam em desacordo com o constante neste Anexo ou no Termo de Adesão de uso da Plataforma/Condições de Uso dos Serviços.
- 4.10 Colocar à disposição da CREDENCIADA toda legislação, normas, instruções e programas de trabalho de sua competência, com o objetivo de facilitar e orientar a execução dos serviços contratados;
- 4.11 Exercer a fiscalização dos serviços contratados por empregados especialmente designados, na forma prevista na Lei n. 13.303/2016

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO, RECEBIMENTO/ACEITAÇÃO**

5.1 O acompanhamento, a fiscalização da execução, o registro das ocorrências e a adoção de providências para solucioná-las serão exercidos pelo gestor do contrato, que poderá designar formalmente após a assinatura do Termo de Adesão Fiscal(is) Administrativo(s) e Fiscal(is) Técnico(s) para auxiliá-lo.

##### **5.1.1 Da fiscalização administrativa:**

5.1.1.1 A fiscalização administrativa tem por objetivo efetuar o monitoramento dos aspectos administrativos da execução contratual realizando o registro das medições, dos apontamentos e a alimentação dos sistemas de gestão, de forma a realizar atestes, quando delegado, e auxiliar o gestor do contrato proporcionando-lhe as conformidades legal e administrativa requeridas, além de zelar pelo histórico da gestão contratual. Deverá, ainda, acompanhar a regularidade dos documentos habilitatórios.

##### **5.1.2 Da fiscalização técnica:**



5.1.2.1 A fiscalização técnica tem por objetivo efetuar o acompanhamento da efetiva execução do objeto deste instrumento, tendo por artefato o Instrumento de Medição de Resultados (IMR) para subsidiar o acompanhamento da execução geral e decisões do gestor do contrato. O fiscal poderá determinar as correções e providências que se fizerem necessárias, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e de tudo dará ciência ao gestor de contrato.

5.2 Quando necessário, o gestor e o(s) fiscal(is) farão reunião inicial com o(s) representante(s) da CREDENCIADA para repassar seus papéis e responsabilidades, o conhecimento necessário à CREDENCIADA para execução dos serviços e demais compromissos e obrigações relativos à execução do acordo.

5.3 A CREDENCIADA deverá executar todos os serviços com perfeição e segurança laboral, independente da ação fiscalizadora do SERPRO.

5.4 A fiscalização pelo SERPRO não exclui nem reduz a responsabilidade da CREDENCIADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do SERPRO ou de seus agentes e prepostos.

5.5 A CREDENCIADA obriga-se a propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização dos serviços pelo SERPRO.

5.6 Quando os serviços não produzirem os resultados esperados, não forem executados ou executados sem a qualidade exigida, sem a utilização dos materiais e os recursos humanos exigidos para a sua execução ou com qualidade ou quantidade inferior à demanda, estará caracterizada sua não conformidade e ensejará o pagamento proporcional dos valores dos serviços, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.7 Para os atos formais de recebimento e aceitação dos serviços, o gestor do contrato seguirá os procedimentos estabelecidos na Norma Interna do SERPRO (Gerenciamento de Contratações) e utilizará os sistemas de gestão competentes para controle e liberação dos pagamentos devidos à CREDENCIADA.

5.8 Quaisquer entendimentos entre a Fiscalização do SERPRO e a CREDENCIADA serão feitos por correspondência, não sendo levadas em consideração quaisquer alegações da CREDENCIADA com fundamento em ordens ou declarações verbais.

5.9 Demais atribuições da Gestão e da Fiscalização dos Serviços:

- a) informar à unidade gestora do credenciamento, por escrito e em tempo hábil, os valores a serem deduzidos das faturas, a título de eventuais glosas ou multas, e as razões de sua ocorrência;
- b) sugerir alterações de normas e procedimentos, tendo em vista a maior eficiência, racionalidade, segurança e qualidade do(s) serviço(s) contratado(s);
- c) impedir a execução de qualquer serviço não previsto no objeto do contrato;
- d) solicitar à CREDENCIADA, sempre que julgar necessário, a apresentação de quaisquer documentos referentes ao objeto contratado;
- e) Tratar com a CREDENCIADA, a qual poderá expor amplamente sua argumentação em relação ao assunto, as necessidades de modificações no processo de trabalho, em função de mudanças na conjuntura operacional, ou simplesmente com o fim de aperfeiçoar o padrão de qualidade dos serviços prestados, a bem da agilidade.
- f) Supervisionar a execução dos serviços de transporte solicitados por todas unidades e empregados do SERPRO.



5.10 Os relatórios semestrais de avaliação serão encaminhados à CREDENCIADA e deverão conter o ciente expresso de um de seus representantes legais e devolvidos ao SERPRO, que lhe restituirá uma via com assinatura do Gestor.

## **CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E PAGAMENTO**

### **6.1 Do Preço:**

6.1.1 O SERPRO pagará pelos serviços efetivamente executados pela CREDENCIADA, conforme preços de mercado, de acordo com o valor informado pelo aplicativo no momento do acionamento do pedido.

6.1.1.1 Constará do pagamento o percentual pela utilização da plataforma de **XX%** (**xxxx** por cento) do valor das viagens.

6.1.2 Nenhuma cobrança será realizada diretamente aos usuários.

6.1.3 Nos preços estão inclusas todas as despesas necessárias à prestação dos serviços, tais como: taxas, impostos, tributos, seguros, deslocamentos, materiais, mão de obra, lucros, despesas administrativas e outras.

### **6.2 Do valor Proporcional:**

6.2.1 A não conformidade dos serviços prestados mensalmente implicará o pagamento proporcional aos serviços efetivamente realizados, aferidos mensalmente conforme cláusulas do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), Anexo 02 do Termo de Adesão.

6.2.2 Finalizada a apuração das não conformidades, o SERPRO informará à CONTRATADA, mensalmente, até o dia 20 de cada mês, o valor real a ser faturado/pago, evitando, assim, efeitos tributários sobre valor deduzido pelo SERPRO.

### **6.3 Da emissão/entrega do documento fiscal:**

6.3.1 A CREDENCIADA ao emitir seu documento fiscal deverá observar (apor) corretamente os dados do estabelecimento do SERPRO que tomou o serviço, a fim de que o SERPRO possa cumprir a sua obrigação perante os entes tributários. Carta de Correção só será admitida para regularizar os dados cadastrais do SERPRO.

6.3.2 A CREDENCIADA deverá emitir/encaminhar a nota fiscal no último dia do mês de execução dos serviços para o e-mail indicado pelo gestor do contrato. Na impossibilidade, deverá entregá-la no protocolo do local de prestação dos serviços.

6.3.3 Caso a CREDENCIADA entregue a nota fiscal antes do fechamento do mês, o prazo para pagamento será contado a partir do primeiro dia do mês subsequente a prestação dos serviços.

6.3.4 No caso de as notas fiscais serem emitidas ou entregues no SERPRO em data posterior à indicada no item 6.3.2, será imputado à CREDENCIADA o pagamento de eventuais encargos decorrentes do não recolhimento das contribuições e impostos sob a responsabilidade do SERPRO.

6.3.5 A CREDENCIADA deverá emitir nota fiscal de serviços, conforme os dados de faturamento do local de prestação dos serviços, a ser informado pelo gestor do contrato, previamente a emissão da Nota Fiscal.

6.3.6 A CREDENCIADA deverá indicar, no corpo da nota fiscal dos serviços, o número de registro do Termo de Adesão, o número do processo de contratação, o número da conta-corrente, o banco e a agência com a empresa qual opera (obrigatoriamente em NOME/CNPJ da CREDENCIADA, constante no preâmbulo do contrato), sob pena de impossibilidade do pagamento.

#### **6.4 Dos impostos e recolhimentos sob responsabilidade do SERPRO:**

6.4.1 Os valores dos tributos incidentes sobre o serviço/fornecimento ora contratado poderão ser destacados na respectiva nota fiscal sempre que a legislação tributária o permitir, sendo certo que, no preço ajustado, já estarão inclusos os valores dos referidos tributos.

6.4.2 Quando cabível ao objeto, o SERPRO efetuará a retenção, na fonte, dos seguintes tributos:

6.4.2.1 Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Serviços Público – PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB 1234/12, conforme determina o Artigo 64 da Lei 9430/96.

6.4.2.2 Contribuição previdenciária correspondente a 11% (onze por cento) na forma da Instrução Normativa RFB 971/09, conforme determina a Lei 8212/91. Caberá à CREDENCIADA destacar no corpo da nota fiscal o valor-base para retenção, sob pena de aplicação de penalidades previstas neste contrato.

6.4.2.2.1 Sendo beneficiário de desoneração estabelecida em Lei específica, a CREDENCIADA deverá apresentar os comprovantes junto com a nota fiscal.

6.4.2.3 Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na forma da Lei Complementar 116/03, combinada com a legislação municipal e/ou distrital sobre o tema.

6.4.2.4 Não serão feitas as retenções de que trata a citada instrução normativa caso a CREDENCIADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES), instituído pela Lei Complementar 123/06 e/ou se encontra em uma das situações elencadas Artigo 4º da Instrução Normativa RFB 1.234 de 11 de janeiro de 2012, em especial a do inc. XI, ficando a CREDENCIADA nesse caso obrigada a apresentar declaração original do SIMPLES NACIONAL, prevista na IN 1234/12, assinada por seu representante legal.

6.4.2.5 O SERPRO, por meio de sua área financeira, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estados ou Municípios, as características e os valores pagos por força desta contratação.

6.4.3 Os custos de eventuais erros de recolhimentos de impostos sob a responsabilidade do SERPRO, em decorrência de informações incorretas por parte da CREDENCIADA, serão cobrados à mesma, que se obriga a ressarcir o SERPRO no prazo de 5 (cinco) dias da notificação, sujeita às penalidades previstas no presente contrato. Os valores poderão ser descontados das faturas a serem pagas à CREDENCIADA.

6.4.4 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a assinatura deste contrato, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso e obedecidas às disposições do Art. 81, § 5º da Lei 13.303/16.

6.4.5 Em havendo alteração do contrato que aumente os encargos da CREDENCIADA, o SERPRO poderá restabelecer, por meio de Termo Aditivo ou Apostilamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

#### **6.5 Do pagamento, retenção, correção:**

6.5.1 O pagamento será efetuado mensalmente no primeiro dia útil após o 30º (trigésimo) dia corrido da data de recebimento da nota fiscal de serviço.

6.5.1.1 A CREDENCIADA declara conhecer a Norma GF 033, que trata da EXCEPCIONALIDADE NO CRITÉRIO DE PAGAMENTOS DAS OBRIGAÇÕES A PAGAR COM FORNECEDORES, disponível no sítio do Serpro: [www.serpro.gov.br](http://www.serpro.gov.br), no campo transparência/licitações e Contratos.

6.5.2 Constatando-se alguma incorreção na nota fiscal ou qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo será contado a partir da respectiva regularização.

6.5.3 O SERPRO poderá deduzir do montante a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CREDENCIADA, nos termos acordados.

6.5.4 O eventual adiantamento do prazo de pagamento dos serviços prestados poderá ocorrer, desde que se configure vantajoso para o SERPRO e após prévia avaliação/aprovação pela área competente.

6.5.5 O SERPRO fará seus pagamentos por meio de depósito bancário, no Banco do Brasil, exclusivamente para a conta bancária da empresa CREDENCIADA. As despesas bancárias serão de responsabilidade da CREDENCIADA.

6.5.7 O SERPRO não efetuará pagamento de títulos descontados ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por meio de operação de “FACTORING”.

6.5.8 Os pagamentos efetuados a CREDENCIADA não a isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas ao serviço, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade.

#### **6.6 Dos recursos orçamentários:**

6.6.1 Os recursos orçamentários estão assegurados para a execução das despesas previstas neste contrato, conforme parecer da Superintendência de Controladoria - SUPCO.

6.6.2 Para fins de controle interno, o valor estimado do credenciamento será avaliado pelo gestor do contrato e estabelecido com base no histórico dos valores dispendidos para a(s) localidade(s) que recebe(m) os serviços. A atualização do valor estimado do credenciamento dar-se-á anualmente, mediante avaliação do histórico dos pagamentos, e formalizado por meio de Termo de Apostilamento.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES**

7.1 A inexecução total ou parcial das condições pactuadas sujeitará a CREDENCIADA às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa;

c) Suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com o SERPRO por prazo até 2 (dois) anos.

7.1.1 As não conformidades detectadas na execução dos serviços e outros registros considerados relevantes pela Fiscalização do SERPRO, que evidenciem a mora, o descumprimento de obrigações ou a inexecução parcial ou total do contrato, motivarão a aplicação das sanções/penalidades previstas nesta cláusula.

#### **7.2 Da Advertência:**

7.2.1 A sanção de advertência de que trata a alínea “a” da Subcláusula 7.1 tem previsão legal no inc. I do art. 83 da Lei 13.303/16 e poderá ser aplicada nos casos de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste acordo e/ou outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do SERPRO, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

#### **7.3 Da Multa por descumprimento de obrigações:**

7.3.1 A Multa por descumprimento de obrigações tem previsão legal no Inciso II do art. 83 da Lei 13.303/16, sendo aplicada à CREDENCIADA mediante desconto em créditos da CREDENCIADA, da seguinte forma:

- a) pela não realização do serviço contratado: multa de 10% (dez por cento) do valor mensal estimado dos serviços;
- b) pelo não cumprimento de qualquer outra condição fixada neste acordo e não abrangida pelas alíneas anteriores: multa de 1% (um por cento) do valor global estimado, para cada evento de descumprimento, ficando seu total limitado à 10% (dez por cento) do valor global estimado.

7.3.2 O valor das multas previstas nesta subcláusula está limitado a 100% (cem por cento) do valor global estimado.

7.3.3 O valor-base mensal para aplicação da penalidade de multa será informado à CREDENCIADA, após a assinatura do Termo de Adesão, com base na apuração prevista no item 6.6.2 deste termo.

#### **7.4 Da suspensão de licitar e impedimento de contratar**

7.4.1 Sanção de maior rigor, que impõe à CREDENCIADA a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o SERPRO, com base no art. 83 inc. III da Lei 13.303/16, sem prejuízo da aplicação das multas e outras sanções legais cabíveis.

7.4.2 O SERPRO adotará os eventos e prazos seguintes para impedimento da CREDENCIADA que:

- a) não manter as condições habilitatórias vigentes à data da celebração do acordo, durante sua vigência – prazo de 06 (seis) meses;
- b) não recompor a qualidade e eficiência dos serviços acordados, quando esgotados os sancionamentos próprios, regulares e inerentes aos monitoramentos técnico-operacional e administrativo do gerenciamento contratual – prazo de 12 (doze) meses;
- c) falhar ou fraudar na execução do acordo ensejando o retardamento de seu objeto – prazo de 02 (dois) anos;
- d) inexecução total ou parcial do acordo – prazo de 02 (dois) anos;
- e) sofrer condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos – prazo de 02 (dois) anos;
- f) tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos do acordo – 02 (dois) anos;
- g) demonstre não possuir idoneidade para contratar com o SERPRO em virtude de atos ilícitos praticados – prazo de 02 (dois) anos.

7.4.3 Para registro da penalidade no SICAF, a abrangência da penalidade será no âmbito do SERPRO.

#### **7.5 Observações gerais acerca da aplicação de penalidades**

7.5.1 As sanções de advertência, suspensão de licitar e impedimento de contratar poderão ser aplicadas com a sanção de multa.

7.5.2 As penalidades estão sujeitas a apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo Processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis da notificação pelo SERPRO.

7.5.3 O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido à conta informada pelo SERPRO, após o vencimento do prazo recursal, podendo o SERPRO, para tanto, descontar das faturas vencidas e/ou ainda cobrá-las judicialmente, se julgar conveniente.

7.5.3.1 Poderá o SERPRO, se julgar conveniente, efetivar compensações e/ou caucionamentos preventivos de multas e descontar de notas fiscais por ocasião dos seus pagamentos, ainda que inexistir relação de causa e efeito entre o valor faturado e o fato gerador da multa.

7.5.3.2 As multas e demais penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo do pagamento das perdas e danos e da rescisão contratual.

7.5.4 A autoridade competente para decisão quanto a aplicação das sanções levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao SERPRO, observado o princípio da proporcionalidade.

7.5.4.1 Os prazos para impedimento de licitar previstos no item 7.6.2 poderão ser adequados por decisão da autoridade superior, em razão do histórico de adimplemento do acordo.

7.5.5 As autoridades competentes no SERPRO, para fins deste acordo, estão previstas na Norma Interna de Aplicação de Sanção.

7.5.6 As sanções aplicadas pelo SERPRO serão registradas no SICAF, após esgotado o processo de sancionamento.

7.5.7 O atraso injustificado no início do serviço ou o retardamento de alguma obrigação inicial, não vinculados a interesses do SERPRO, por prazo superior a 15 (quinze) dias, ensejará em descredenciamento.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

8.2. O contrato de credenciamento decorrente deste Edital poderá ser rescindido, de pleno direito, mediante infração de quaisquer das suas condições e, em especial, se o(a) CREDENCIADO(A):

- a) transferir a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e/ou obrigações ajustadas no instrumento contratual;
- b) deixar de prestar, com eficiência, os serviços objeto do contrato;
- c) utilizar mão-de-obra de menores de 18 (Dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 20 de 1998).

8.3. O contrato poderá ser rescindido pelo SERPRO, também, de pleno direito, caso o CREDENCIADO incorra em quaisquer das hipóteses previstas nos artigos 593 a 609 do Código Civil.

8.4. Qualquer uma das partes poderá declarar o contrato resiliado, a qualquer tempo e sem quaisquer ônus, desde que avise a outra, por escrito, com antecedência de 60 (sessenta) dias.

8.5. Poderá ocorrer o descredenciamento, por justo motivo, com antecedência de 30 (trinta) dias, nas seguintes situações:

- a) paralisação dos serviços sem justa causa e sem prévia comunicação;
- b) alteração do contrato social que prejudique a execução do objeto contratual;
- c) liquidação extrajudicial, decretação de concordata ou falência;
- d) fraude ou dolo praticado e devidamente comprovado;

e) impedimento, obstrução ou embaraço para fins de realização de qualquer serviço necessário aos direitos das partes.

#### **CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA**

9.1 O prazo de vigência dos serviços será de 60 (sessenta) meses, a contar da data de assinatura do Termo de Adesão de Uso da Solução Tecnológica, e caso não haja conveniência para a SERPRO, o mesmo poderá ser rescindido.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

10.1 Consoante o estabelecido no art. 69, inc. IX da Lei 13.303/16, a CREDENCIADA se obriga a manter, durante a execução do acordo, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento de credenciamento, informando ao responsável pela fiscalização do acordo, imediatamente, a superveniência de qualquer ato ou fato que venha a modificar suas condições iniciais de habilitação.

10.2 O SERPRO promoverá consulta da regularidade, previamente a aditativação do acordo ou a cada 12 (doze) meses, por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas – CEIS e do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, para identificar a situação da CREDENCIADA.

10.2.1 Se constatada desconformidade em razão de documentação vencida, a CREDENCIADA terá o prazo de até 30 (trinta) dias, contados da notificação do SERPRO, para regularizar seu cadastramento. Caso não obtenha êxito, a CREDENCIADA se sujeitará às sanções previstas neste acordo, inclusive rescisão.

10.2.2 Se constatada desconformidade em razão de impedimentos identificados nas certidões, a CREDENCIADA deverá apresentar justificativas/comprovantes para avaliação e decisão do SERPRO sobre a continuidade do acordo.

10.2.3 Se constatada a desconformidade junto ao CADIN, decorrente de débito afeto à seguridade social, a CREDENCIADA terá o prazo de até 30 (trinta) dias, contados da notificação do SERPRO, para regularizar sua situação. Caso não obtenha êxito, a CREDENCIADA se sujeitará às sanções previstas neste acordo, inclusive rescisão.

10.3 Após os prazos concedidos nesta cláusula, poderá o SERPRO decidir por manter o acordo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado pela autoridade competente, até que se promova sua substituição com segurança.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RISCOS**

11.1 Os riscos relevantes inerentes ao objeto desta contratação foram identificados pelo SERPRO e proporcionaram estabelecer, nas cláusulas deste acordo, as ações para suas mitigações, com a alocação objetiva das responsabilidades de cada parte.

11.1.1 Os riscos identificados estabeleceram a equação econômica financeira para a prestação adequada dos serviços objeto do acordo, conforme os preços nele acordados.

11.2 Outros riscos supervenientes à contratação, decorrentes de imprevisto ou de difícil previsibilidade, que venham a onerar demasiadamente os encargos contratuais de uma ou ambas as partes, afetando a prestação dos serviços ou a equação econômico-financeira do contrato, deverão ser analisados, identificada a responsabilidade e mitigados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1 A CREDENCIADA e o SERPRO notificarão por escrito, um ao outro, sobre qualquer anormalidade constatada durante a execução dos serviços.

12.2 A ação ou omissão da fiscalização do SERPRO, total ou parcial, não eximirá a CREDENCIADA da responsabilidade integral pela execução dos serviços.

12.3 Qualquer omissão ou tolerância das partes no exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste acordo, ou no exercer uma prerrogativa dele decorrente, não constituirá renúncia e não afetará o direito da parte de exercê-lo a qualquer tempo.

12.4 Não será considerado como inadimplemento o descumprimento de cláusulas contratuais que resultem de caso fortuito ou força maior, como previsto no art. 393, do Código Civil.

12.5 As correspondências emitidas e recebidas em razão dos serviços ora acordados farão parte integrante do processo de gestão do contrato.

12.6 O presente instrumento, em conjunto como Termo de Adesão, obrigará e disciplinará as partes, seus sucessores e cessionários, porém nenhuma das partes poderá ceder ou transferir este acordo ou quaisquer direitos oriundos do mesmo sem o consentimento prévio e expresso da outra parte.

12.7 Este acordo poderá ser alterado por acordo entre as partes, vedando-se ajuste que resulte em alteração da natureza do objeto.

12.9 O Código de Ética, Conduta e Integridade do SERPRO deverá ser consultado pela CREDENCIADA no sítio <https://www.transparencia.serpro.gov.br/etica-e-integridade/etica> e a Política de Integridade e Anticorrupção do Serpro no sítio <https://www.transparencia.serpro.gov.br/etica-e-integridade/integridade>.

12.10 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes do Regulamento de Licitações e Contratos do SERPRO, disponível no sítio [www.serpro.gov.br](http://www.serpro.gov.br), do Decreto 8.945/16 e da Lei 13.303/16, com suas posteriores alterações.

12.11 No caso de conflito entre as regras deste Anexo e o Termo de Adesão de Uso da Plataforma, prevalecerá os termos deste instrumento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:**

13.1 As partes elegem o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir as questões porventura decorrentes da execução deste acordo.

ANEXO II – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – IMR		
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01084/2021	PROCESSO Nº 01084/2021	SERPRO

**ANEXO 02 DO TERMO DE ADESÃO RG .....**

**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS PARA PRESTAÇÃO  
SERVIÇOS DE INTERMEDIÇÃO DE TRANSPORTE PRIVADO DE  
PASSAGEIROS E/OU PEQUENOS/MÉDIOS VOLUMES POR MEIO DE  
PLATAFORMA DE TECNOLOGIA** por força do Termo de Adesão ora  
celebrado, de acordo com os itens e condições seguintes:

**DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS**

1. A cada faturamento, para fins de pagamento, corresponderá a aplicação individualizada do IMR.
2. O valor devido a título de pagamento mensal à CREDENCIADA será mensurado a partir da aplicação das condições do presente Instrumento de Medição de Resultados.
3. A mensuração do valor de pagamento, conforme o presente IMR, não constitui aplicação de sanção, não prejudicando a aplicação das penalidades administrada na legislação vigente.



ITEM 1 – TEMPO DE DISPONIBILIZAÇÃO DO SERVIÇO	
Finalidade	Garantir o atendimento do serviço no tempo previsto
Meta a cumprir	97% dos atendimentos com o veículo disponibilizado no endereço de origem em até 15 (quinze) minutos após a solicitação do Serpro.
Instrumento de medição	Registros das datas e horas da solicitação de serviço e da chegada do VEÍCULO ao endereço de origem.
Forma de acompanhamento	Pelo Sistema e relatórios disponibilizados pela CREDENCIADA
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Será calculada a porcentagem de atendimentos que tiveram atraso na disponibilização do veículo no endereço de origem. Os cálculos terão como referência os atendimentos no âmbito de cada ÓRGÃO. Parâmetro: % de atendimentos atrasados X = (atendimentos atrasados/total de atendimentos no mês)*100%
Início da Vigência	Data de início da vigência do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	Até 3% de atendimentos atrasados - 100% Acima de 3% e até 4 % de atendimentos atrasados – 99,43% Acima de 4 % e até 5% de atendimentos atrasados – 99,21% Acima de 5% e até 6% de atendimentos atrasados – 98,94 % Acima de 6% e até 7% de atendimentos atrasados – 98,62% Acima de 7% e até 8% de atendimentos atrasados – 98,07% <i>Acima de 8% e até 9% de atendimentos atrasados – 97,34 %</i> <i>Acima de 9% de atendimentos atrasados – 96,71%</i> <i>Aplicáveis ao valor mensal da fatura do Serpro</i>
Observações	Em todos os cálculos, deverá ser sempre desprezada a fração, se inferior a meio, e igualada a um, se igual ou superior.
ITEM 2 – ATENDIMENTO DA SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO	
Finalidade	Atendimento de todas as solicitações de serviço
Meta a cumprir	99,5% das solicitações de serviço realizadas
Instrumento de medição	Solicitação de serviço cancelada pelo USUÁRIO solicitante sem a chegada do VEÍCULO no endereço de origem, se transcorrido mais de 15 (quinze) minutos desde data e hora da solicitação de serviço.
Forma de Acompanhamento	Pelo Sistema e relatórios disponibilizados pela CREDENCIADA
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Será calculado a porcentagem de solicitações de atendimentos que foram canceladas após transcorridos mais de 15 (quinze) minutos da hora do serviço. Os cálculos terão como referência as solicitações de atendimentos no âmbito de cada ÓRGÃO. Parâmetro: % de solicitações de atendimentos X = (solicitações de atendimentos canceladas/Total de atendimentos no mês)*100%.
Início da Vigência	Data de início da vigência do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	Até 0,5% de solicitações de atendimentos canceladas – 100% <i>Acima de 0,5% e até 1% de solicitações de atendimentos canceladas – 99,43%</i> <i>Acima de 1 % e até 1,5% de solicitações de atendimentos canceladas – 98,94 %</i> <i>Acima de 1,5% e até 2% de solicitações de atendimentos canceladas – 98,94 %</i> <i>Acima de 2% e até 3% de solicitações de atendimentos canceladas – 98,07%</i> <i>Acima de 3% e até 4 % de solicitações de atendimentos canceladas – 98,07%</i> <i>Acima de 4 % e até 5% de solicitações de atendimentos canceladas – 96,57%</i> <i>Acima de 5% de solicitações de atendimentos canceladas – 96,57%</i> <i>Aplicáveis ao valor mensal da fatura por ÓRGÃO</i>
Observações	Em todos os cálculos, deverá ser sempre desprezada a fração, se inferior a meio, e igualada a um, se igual ou superior.

ANEXO III – CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS E DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE CREDENCIAMENTO		
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01084/2021	PROCESSO Nº 01084/2021	SERPRO

AO SERPRO – SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

**Ref.: CREDENCIAMENTO Nº 01084/2021**

Prezados Senhores,

Em cumprimento aos ditames editalícios, utilizamo-nos da presente para submeter à apreciação de V.Sas. os documentos abaixo relacionados, necessários ao credenciamento para prestação dos serviços e a proposta de prestação de serviços:

1) O percentual pela utilização da plataforma a ser cobrado é de \_\_\_\_% (\_\_\_\_), para o período de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) meses do acordo.

**Atenção PROPONENTE:** a informação deste item deverá observar a regra estabelecida no item 5.2.2 do Edital.

2) Descrição da plataforma de tecnologia:

**Atenção PROPONENTE:** a informação deste item deverá observar os termos do Anexo I do Edital.

---

---

---

3) Modelo de Termo de Contratação/Adesão (item 6.1, subitem II do edital)

4) Documentos obrigatórios de Habilitação estabelecidos no item 6.1, subitens III a V do Edital:

**Atenção PROPONENTE:** relacionar e encaminhar via e-mail, com este Anexo:

(1) SICAF ou os documentos previstos no item 6.1, subitem “III.2”;

(2) Quando a empresa estiver em recuperação judicial e extrajudicial, Certidão emitida pela instância judicial competente;

(3) Quando se tratar de cooperativa, documentos relacionados no item 6.1, subitem V.

---

---

---

5) Sob as penalidades cabíveis, declaramos:

5.1) A inexistência de fato impeditivo de credenciamento e que esta empresa não se enquadra nas vedações do art. 38, da Lei 13.303/16;

5.2) Que atendemos aos requisitos de habilitação jurídica e fiscal previstos nas disposições da Lei no 13.303/2016;

5.3) Que possuímos qualificação econômica financeira suficiente frente aos encargos decorrentes de eventual contratação; e

5.4) Que nos preços propostos estão computados todos os custos necessários para a execução dos serviços, bem como tributos diretos e indiretos, encargos trabalhistas quaisquer outras despesas necessárias ao fiel e integral cumprimento do objeto, e não serão solicitados acréscimos, a qualquer título, sendo os serviços prestados sem ônus adicional.

Na oportunidade, credenciamos junto ao SERPRO o Sr. ...., Carteira de identidade nº....., Órgão Expedidor ....., CPF....., telefone nº ....., fax....., endereço eletrônico (e-mail) ....., ao qual outorgamos os mais amplos poderes, inclusive para interpor recursos, quando cabíveis, transigir, desistir, assinar atas e documentos e, enfim, praticar os demais atos no processo de credenciamento.

Por fim, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos ao credenciamento em causa e nossa plena concordância com as condições constantes do respectivo Edital e seus Anexos.

Atenciosamente,

---

PESSOA JURÍDICA/CNPJ

**OBSERVAÇÃO:**

As empresas interessadas, no presente CREDENCIAMENTO, deverão enviar os documentos de habilitação, listados no Edital, com a presente CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS.

ANEXO IV – TERMO DE ADESÃO		
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01084/2021	PROCESSO Nº 01084/2021	SERPRO

**Atenção Comissão de Licitação:**

(1) O Termo de Adesão será enviado pela PROPONENTE e será analisado pela Consultoria Jurídica do SERPRO, previamente à declaração de CREDENCIADA .

(2) Quando da assinatura do Termo de Adesão, em sua versão final, juntar os seguintes Anexos :

ANEXO 01 DO TERMO DE ADESÃO – CARACTERÍSTICAS DAS CONTRATAÇÃO (que se configura como Anexo I do Edital)

ANEXO 02 DO TERMO DE ADESÃO – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – IMR (que se configura como Anexo II do Edital)

ANEXO 03 DO TERMO DE ADESÃO – CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS (que se configura como Anexo III do Edital)